

**PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO:
DESAFIOS E BENEFÍCIOS À
INCLUSÃO À ESTUDANTES COM NECESSIDADES
ESPECIAIS EM UMA ESCOLA TÉCNICA**

Tania Coelho de Souza ¹

RESUMO

O presente estudo, parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização e Inovação Tecnológica em Educação Especial, teve como objetivo analisar a aplicabilidade do Plano Educacional Individualizado – PEI, em uma Escola Técnica Profissionalizante, na cidade de Niterói, *lócus* deste estudo à estudantes com necessidades educacionais especiais, público alvo da Educação Inclusiva Escolar. Como caminho metodológico foi utilizado um estudo de caso referente a um jovem estudante com Transtorno do Espectro Autista -TEA e Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH, na sala de recursos multifuncional. O estudo baseou-se em referenciais de legislações relativas à inclusão no Ensino Médio Profissionalizante e em autores pesquisadores do campo da Educação e da Inclusão no Ensino Profissionalizante. Os resultados conseguiram constatar que a utilização do PEI, como estratégia de Inclusão é de extrema importância para o desempenho desses estudantes, pois, não só norteia a mediação pedagógica do professor como também auxilia a desenvolver os potenciais ainda não consolidados do estudante em sua vida acadêmica, bem como toda sua vida profissional.

Palavras-chave: Plano Educacional Individualizado – PEI;

Deficiência; Inclusão Escolar; Escola Técnica

¹ Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense - RJ,
Professora de Sala de Recursos Multifuncionais- SRM de uma Escola Técnica da Rede FAETEC - RJ
taniacoelho@ymail.com;

INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI o tema inclusão foi bastante visitado e enaltecido pela mídia como a salvação dos entraves sociais, tais como segregação e preconceito, vivenciados por pessoas com deficiência e diferenças diversas.

As políticas de ações inclusivas têm impulso em nossa sociedade com a proclamação da Educação Para Todos (Jontiem, 1990). Com a Declaração de Salamanca (1994) até a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) as políticas de educação inclusiva vão sendo gestadas ao sabor das políticas públicas dos governos no Brasil. Entretanto, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência define em seu artigo primeiro “que seu propósito é proteger e assegurar as condições de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas com deficiência”. Esta lei foi sancionada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e introduzida na Constituição Federal 1988, inserir o Decreto e reafirmada na Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), oferecendo um amplo aporte legal, que se instituiu para amparar o combate à segregação e ao capacitismo.²

Estas leis são bem adequadas a nossa realidade, assim como os princípios expressos no artigo 206 da Constituição de 1988, bem como os contidos no artigo 22 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LBDN, 1996) e estabelecem que toda criança tem o direito à Educação Básica, assegurando ao educando uma formação comum indispensável ao exercício da cidadania; proporcionando assim, meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Entretanto, a inclusão escolar é um processo e como tal necessita romper as barreiras que obstam o acesso escolar, pois, existem fatores como os sociais, culturais, econômicos, entre outros, que fragilizam o processo tornando os indivíduos à margem do usufruto de seus direitos.

Para a inclusão no Ensino Técnico Profissionalizante há fatores que podem sinalizar a grande importância como a formação de professores que se destaca enquanto necessidade de reflexão crítica e não somente como formação para aquisição de abordagens técnicas, como menciona Costa (2009, p. 70 -72)

[...] faz-se necessário uma formação de professores para a reflexão e a crítica que ultrapassem os limites baseados na deficiência, alcançando o pensar sobre os alunos com deficiência de maneira a atender sua demanda por aprendizagem pelas experiências entre diferentes

² Entende-se por Capacitismo é a discriminação da pessoa com deficiência por considerá-la inferior ou incapaz para exercer determinadas atividades.

professores e colegas; o reconhecimento da diferença como essência da humanidade; o respeito às relações humanas e o desenvolvimento da sensibilidade e da identificação com indivíduos, possibilitando a elaboração de concepções por parte dos alunos e professores na experiência com a diversidade humana e cultural.

Nessa perspectiva há que se buscar cursos de formação iniciais e /ou continuadas que permitam aos professores se sentirem autônomos e sujeitos do seu fazer, e não meros reprodutores de uma educação com conhecimento imposto pelo professor aos estudantes, e nessa tarefa não basta atribuir somente ao professor a responsabilidade exclusiva pela educação dos estudantes. E preciso que todos estejam envolvidos; ou seja, um planejamento e práticas compartilhados por todos os agentes educacionais.

A inclusão de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais no Ensino Médio na modalidade Profissional se constitui um desafio à organização da escola, do planejamento curricular e das atitudes e formação dos /das professores/as, a fim de poder atender efetivamente as demandas educativas apresentadas por esses indivíduos. Nesse sentido, o Planejamento Educacional Individualizado – PEI, se apresenta como uma estratégia que, se bem planejada, visa favorecer a aprendizagem do estudante em sua singularidade.

O estudo objetivou a análise dos desafios, vulnerabilidades e benefícios da aplicação do Plano Educacional Individualizado – PEI–para um estudante do ensino médio com autismo.

A inclusão na escola técnica desempenha um papel fundamental na promoção da equidade educacional e no desenvolvimento de habilidades técnicas e profissionais de diferentes grupos sociais. Embora a educação técnica seja reconhecida como uma via importante para a formação de profissionais qualificados, a inclusão nesse contexto tem sido um desafio enfrentado por muitas instituições.

O interesse em estudar este tema surgiu após inúmeras observações da atuação dos professores das classes comuns junto aos alunos com necessidades especiais com e sem laudo, e professores das salas de recursos multifuncionais, onde é possível observar situações bastante contrastantes, principalmente quando se trata da inclusão em uma escola técnica.

Destaca-se a exigência de o estudante apresentar laudo para ser atendido pelas salas de recursos, fato que inúmeras vezes não se realiza por fragilidade dos pais ou inoperância do sistema que não contempla a todos.

Independentemente de ter laudo ou não, todos são estudantes devem ser respeitados no processo educativo, em todos os aspectos físico, social e afetivo, não podendo haver qualquer espécie de discriminação, afim de serem valorizados como indivíduo pleno e atingirem suas metas sem maiores problemas. A formação do indivíduo é um ato complexo que tem de ser feito com responsabilidade, comprometimento ético e moral; e esta responsabilidade não é competência exclusiva do professor, mas de todos os elementos integrantes do processo educacional; ou seja: alunos, professores, pais e de toda a comunidade escolar.

É possível observar como o professor de classe comum avalia o desempenho dos alunos com necessidades educativas especiais, muitas vezes com exigências infundadas, de cunho pessoal, e em outras, com atitudes preconceituosas como, por exemplo, afirmar a incapacidade de aprendizagem desses estudantes. Algumas observações serão expostas no estudo de caso.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi estudo de caso que, para Yin (2005), o estudo de caso é uma das maneiras de fazer pesquisa em todas as áreas. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos são alguns exemplos de maneiras diferentes para a realização de uma pesquisa. Contudo, cada estratégia apresenta vantagens e desvantagens, dependendo das seguintes condições: “[...] tipo de questão da pesquisa, o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos, o foco em fenômenos históricos, em oposição a fenômenos contemporâneos [...]” (YIN, 2005, p.19).

REFERENCIAL TEÓRICO

Com a determinação de dar mais acesso as pessoas com deficiências, é implantada a Lei nº 13.146/15, chamada de Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que está no rol das legislações brasileiras que visam assegurar, proteger o direito à educação e aprendizagem da pessoa com deficiência, pois perpassa por todo o sistema educacional, entretanto para se ter êxito se faz necessário estratégias de aprendizagem e uma delas é o Plano Educacional Individualizado – PEI.

O PEI é um documento que vai além do público alvo da Educação Especial. Ele pode ser utilizado para se pensar estratégias e intervenções individuais para todo o estudante que em algum momento de sua vida acadêmica demonstre necessidades educativas especiais (NEE), sendo estas em decorrência de deficiências, transtornos ou dificuldades específicas de aprendizagem

Estudiosos da Educação Inclusiva, dentre os quais Glat e Pletsch (2013), em estudos recentes, tem destacado que o trabalho pedagógico compreende novas estratégias que atendam aos estudantes em sua história social, suas necessidades e desejos, bem como identificar suas reais necessidades de aprendizagem, assim recomendam o Plano Educacional Individualizado – PEI, sendo primordial que a escola propicie não só para os estudantes público alvo da Educação Especial, mas para todo aquele alunado que dele necessite.

Pesquisadores brasileiros vêm dispensando criteriosa atenção aos estudos sobre o plano sendo possível encontrar relevantes produções acadêmicas na área. Entre eles destacam-se: Tannus-Valadão (2010); Glat, Vianna e Redig (2012); Marin, Mascaro e Siqueira (2013); Pletsch e Glat (2013); Pereira (2014); Mascaro e Redigo (2017); Oliveira (2017).

Tannus-Valadão (2017) evidenciam em seus estudos ser muito importante que o PEI não seja elaborado de forma isolada, já que o documento requer o compartilhamento de vários saberes, um complementando o outro. O trabalho colaborativo é uma das estratégias que pode favorecer a inclusão.

O Estudo do Caso

O caso a seguir baseia-se em uma situação real, indicado pela professora Julia³, de 59 anos, formada em Pedagogia em uma Instituição Superior de Ensino e com mais de trinta anos de atuação no magistério, e com especialização em Psicopedagogia Educacional. Especificamente no que tange a formação inicial e continuada, relata que sempre fez cursos que lhe dessem embasamento teórico para seu trabalho. O *locus*, deste estudo é em uma Escola Técnica Estadual, onde ela relata que vivencia muitos problemas de indisciplina com alguns alunos, alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e outros com necessidades educacionais.

³ Os nomes citados no Estudo de Caso são fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos e respeitando as normas éticas de pesquisa.

O caso indicado pela Julia foi do estudante Ronaldo, de 17 anos, que apresenta comportamentos compatíveis com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDHA). Ele estuda na escola técnica em horário integral. Embora o estudante tenha vontade de fazer as atividades que estão sendo propostas, porém não consegue e se dispersa constantemente; vai ao banheiro; bebe água; interrompe a explicação dos professores, ora fica em silêncio absoluto. Sua interação com os outros estudantes é superficial, uma vez que sua comunicação é precária, pois não possui nenhum filtro em suas palavras, apesar de ter uma excelente memória e guardar os nomes e fatos de seu interesse.

Por se tratar de uma escola técnica há diversos professores de área distinta, então foi preciso fazer uma intervenção pedagógica para que Ronaldo se beneficiasse ainda mais do Curso de Edificações. Como estratégia pedagógica foi elaborado um Plano Educacional Individualizado (PEI) para atender todas as demandas do estudante. Todos os agentes da comunidade escolar (professor da Sala de Recursos Multifuncionais (SEM), professores das disciplinas do curso, professor de Educação Física, colegas de turma, Diretor Escolar, Equipe Pedagógica, Família, bem como aqueles que o acompanham fora da escola, se mobilizaram no atendimento e na produção de materiais para o aluno. A periodicidade do atendimento na SRM foi de duas vezes por semana durante uma hora. No início houve uma resistência por parte de alguns professores que imaginavam ter que trabalhar mais e também do estudante, pois estava com baixa autoestima, achando que não daria conta com a nova proposta de intervenção, porém ao final do processo foi constatada satisfação total pelos dois lados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão na escola técnica traz consigo uma série de benefícios tanto para os estudantes como para a sociedade como um todo. Em primeiro lugar, proporciona igualdade de acesso à educação profissional, permitindo que indivíduos de diferentes origens socioeconômicas tenham a oportunidade de adquirir habilidades técnicas e competências relevantes para o mercado de trabalho. Isso contribui para a mobilidade social e reduz as disparidades de renda. Além disso, a inclusão na escola técnica consolida a diversidade e a interação entre estudantes de diferentes perfis. Esse ambiente multicultural proporciona uma troca de experiências e conhecimentos, estimulando a criatividade, a inovação e o pensamento crítico. A diversidade também prepara os

estudantes para lidar com a realidade pluralista do mercado de trabalho, promovendo a colaboração e o respeito mútuo.

Apesar dos benefícios evidentes, a inclusão na escola técnica enfrenta desafios significativos. Um dos principais obstáculos é a falta de acesso igualitário de certos grupos invisibilizados. As barreiras socioeconômicas, estereótipos de gênero e falta de adaptações físicas nas instituições podem limitar a participação desses grupos, restringindo suas oportunidades de desenvolvimento profissional.

Outro desafio está relacionado à falta de preparação prévia dos estudantes. Muitos jovens enfrentam deficiências acadêmicas e lacunas de conhecimento que dificultam seu ingresso e sucesso na escola técnica. Nesse sentido, é necessário investir em programas de nivelamento educacional, oferecendo suporte e recursos adicionais para que todos os estudantes tenham as mesmas condições de aprendizado.

A Formação docente apresenta vulnerabilidades, embora existam inúmeros estabelecimentos de cursos de Pedagogia e de Licenciatura, modelos de formação docente foram implantados ao longo dos anos em nosso país, perpassando por diversos dilemas e desafios. Um dos mais significativos é a valorização do magistério, conforme podemos constatar no atual Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, Lei 13.005/2014), cuja Meta 17 propõe:

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Porém, é sabido que leis não bastam em si mesmas; pois, como cada época define diferentemente a sua história, os dias de hoje, por conta de uma sociedade altamente competitiva e excludente, organizada de modo a coibir o potencial reflexivo e crítico, possui obstáculos visíveis à formação docente. Dentre os desafios enfrentados, Costa (2018, p. 46) elenca algumas vulnerabilidades indicadas abaixo:

- A fragilidade da prática docente ao não expressar conhecimento teórico e investigativo dos direitos humanos tanto nas atitudes quanto nas ações pedagógicas no cotidiano da escola pública;
- A fragilidade da consciência dos limites sociais e da compreensão da sociedade brasileira, sobre a égide do capital e do mundo do trabalho, por parte das(os) professores que se apresentam também como limites à educação inclusiva ao não afirmar a educação como um direito humano e social;

- Fragilidade no desenvolvimento das políticas internas das escolas que são, em sua maioria, caracterizadas por uma orientação heterônoma, ou seja, não emancipadora.
- A formação docente e, conseqüentemente, as práticas pedagógicas são frágeis por não serem resultantes da pesquisa e da reflexão sobre a atuação em salas de aula com a presença de alunas(os) com necessidades educacionais especiais;
- Banalização da formação inicial e ênfase na formação continuada de professoras(es);
- Fragilidade no enfrentamento da segregação e discriminação na escola pública em relação às(aos) alunas(os) denominadas(os) com deficiência;
- Predominantemente voltada à adaptação, reprodução social e ao mundo do trabalho; se caracteriza por ser:
 - Padronizada: com base em modelos pedagógicos hegemônicos, canônicos e aprisionadores de alunas (os) em uma ação “normalizadora”;
 - Homogeneizadora: não atende à diversidade cultural e às diferenças humanas, nem sequer as de si mesmos;
 - Alheia ao contexto sociocultural e histórico latino-americano: sem consciência problematizadora e, conseqüentemente, apolítica;
 - Conservadora: reprodução sem autoria; adotando métodos tradicionais de ensino; sem distinção; repleta de estereótipos resultantes dos “modelos ideais”; ainda manifesta preconceito sem consciência em relação às (aos) alunas(os) em situação de inclusão em suas salas de aula.

As vulnerabilidades elencadas pela autora, apresentam-se flagrantes no sistema educacional vigente em nosso país. A fragilidade na formação, que mais se faz para a adaptação às condições histórico-sociais em curso, stas metodológicas e orientações pedagógicas externamente ditadas, em conformidade com a sociedade de classe. Essas são condições que fomentam e contribuem para o pensar heterônomo, voltado à adaptação e à reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou algumas fragilidades como por exemplo: os professores que se formaram a mais tempo, nunca vislumbraram a possibilidade de um aluno com necessidades especiais estudar em uma escola técnica, por isso em alguns momentos não acreditavam no desempenho desses alunos. As expectativas dos professores em relação aos alunos com necessidades especiais, principalmente o Ronaldo era de que não atingiria os objetivos da escola técnica, entretanto todos se surpreenderam com o excelente

desempenho do aluno em questão. Os modelos dos PEIs, utilizados pela escola técnica, apresentavam algumas inconsistências, quanto a questão dos laudos que não foram levados em consideração, pois, a maioria dos estudantes depende do Sistema Único de Saúde – SUS e, portanto, muitos não apresentam laudos médicos. Independente dessa ausência o estudante participa dos atendimentos na SRM com base em seu comportamento e demandas específicas de aprendizagem; apesar da exigência do laudo seja uma constante por parte da Direção.

Foi possível verificar a importância do PEI na inclusão escolar do referido sujeito do estudo, ao oferecer suporte ao seu aprendizado. Relatos mostram que o PEI pode proporcionar aos estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais um desenvolvimento satisfatório tanto educacional como social e profissional. Nas palavras da mãe do Ronaldo, “não só o ajudou as atividades da escola como no seu convívio social fora da escola”, o referido aluno manifestou interesse em cursar uma faculdade. Nas palavras de Freire (2011):

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Nesse sentido são requisitos primordiais a experiência pessoal do estudante e os conhecimentos mediados em sala de aula, para promoverem o desenvolvimento e a autonomia no cotidiano desse estudante.

A política da educação inclusiva é uma questão bastante polêmica e complexa. Entretanto, é inegável que ainda há um longo caminho a percorrer, pois tendo em vista a demanda existente e a ausência de insumo financeiro e as precárias condições de trabalho dos professores, estes são alguns dos aspectos essenciais neste processo. Este estudo pretendeu analisar as contribuições da Inclusão no para o desenvolvimento de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, nos aspectos físicos, sociais e afetivos em uma escola técnica profissionalizante, de ensino médio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (2017) Análise dos principais resultados. Brasília, MTb, set. 2018. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em 02 abr. 2023.

BRASIL. Decreto Federal n.º 7.611/11, de 17/11/2011. Dispõem sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: . Acesso em: 23 dez. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRAUN, Patrícia; MARIN, Márcia. **Ensino colaborativo**: uma possibilidade do - Atendimento Educacional Especializado. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 193215, set./dez. 2016.

COSTA, V. A.; VARGAS, R. (Orgs). **Direitos Humanos em Educação**: Formação e Inclusão no Brasil e no México. Niterói: Intertexto; México: CAPUB, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979



PLETSCH, Marcia Denise, **Repesando a inclusão Escolar**: Diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência Intelectual/Marcia Denise Pletsch – Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010. 280p

Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com ne- cessidades especiais/ organização Rosana Glat, Márcia Denise Pletsch. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013

TANNUS-VALADÃO, Gabriela. Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.